



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 19 / 02 / 18

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Jeano Madison

para relatar.

Em 27 / 2 / 18

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER nº**

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01, de 08 de fevereiro de 2018,  
que:

*Dispõe sobre a atribuição de Título de  
Cidadão Honorário Piauiense ao Coronel  
RONALD LÚCIO CARVALHO BARBOSA.*

**RELATOR: DEP. JOÃO MADISON**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que visa, em resumo, conceder o título de cidadão Piauiense ao Coronel Ronald Lúcio Carvalho Barbosa, natural de Fortaleza, Ceara.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação do homenageado que contribuiu de forma aguerrida na sua área de atuação, contribuindo em importantes áreas para o Exército Brasileiro.

No estado do Piauí, atualmente é Comandante da Guarnição Federal de Teresina e Chefe da 26ª CSM.

Sendo assim, devo ressaltar que a presente proposição é de suma importância na medida em que reconhece, em tempo oportuno, como cidadão piauiense de fato e de direito o Senhor Ronald Lúcio Carvalho Barbosa, nada mais que justo.

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Eis o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Para tanto, apresento, de acordo com os arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo que ora encontra-se sob análise.

A função legislativa esta sendo exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, "e" e art. 105, § 5º do Regimento Interno.



# ESTADO DO PIAUÍ

## Assembleia Legislativa

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Decreto Legislativo.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega Parlamentar, Dep. Themístocles Filho, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

### III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição ( )

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 06 de março de 2018.

DEP. JOÃO MADISON – MDB  
RELATOR

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 27 / 03 / 18  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
Justiça

UNANIMIDADE  
COMISSÃO DE: